



associação para a
promoção e desenvolvimento
da Sociedade da Informação

As TIC e a Saúde no Portugal de 2012

11 de dezembro de 2012
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

Patrocinador Ouro

Patrocinador Prata

Patrocinador Bronze

Apoios



Patrocinadores Globais



Agenda Digital 2015 – Europa e Portugal – sector da saúde
Henrique Martins | Assessor Secretário de Estado da Saúde



AGENDA DIGITAL 2015

- i. O XIX Governo Constitucional assume como objetivo estratégico promover a inovação, o empreendedorismo e a internacionalização da economia nacional, com vista a tornar Portugal um país com empresas de elevado potencial de crescimento e de internacionalização.
- ii. Neste contexto, a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) pelas empresas é um fator decisivo para o aumento da sua produtividade e competitividade. De facto, a Comissão Europeia salienta os benefícios económicos e sociais sustentáveis de um mercado único digital, com base na Internet rápida e ultrarrápida e em aplicações interoperáveis, que podem ser fundamentais numa altura de menor crescimento económico, quer na União Europeia (UE), quer em Portugal.

AGENDA DIGITAL 2015

A agenda Portugal Digital é composta pelas seguintes seis áreas de intervenção, alinhadas com as prioridades da Agenda Digital para a Europa:

- i) acesso à banda larga e mercado digital;
- ii) investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação;
- iii) literacia, qualificação e inclusão digital;
- iv) combate à fraude e à evasão fiscais, contributivas e prestacionais;
- v) resposta aos desafios sociais;
- vi) empreendedorismo e a internacionalização do setor das TIC.

Em cada uma destas áreas estão previstas várias iniciativas, que constituem um elenco aberto suscetível de alargamento, e que concorrem para a concretização das prioridades definidas.

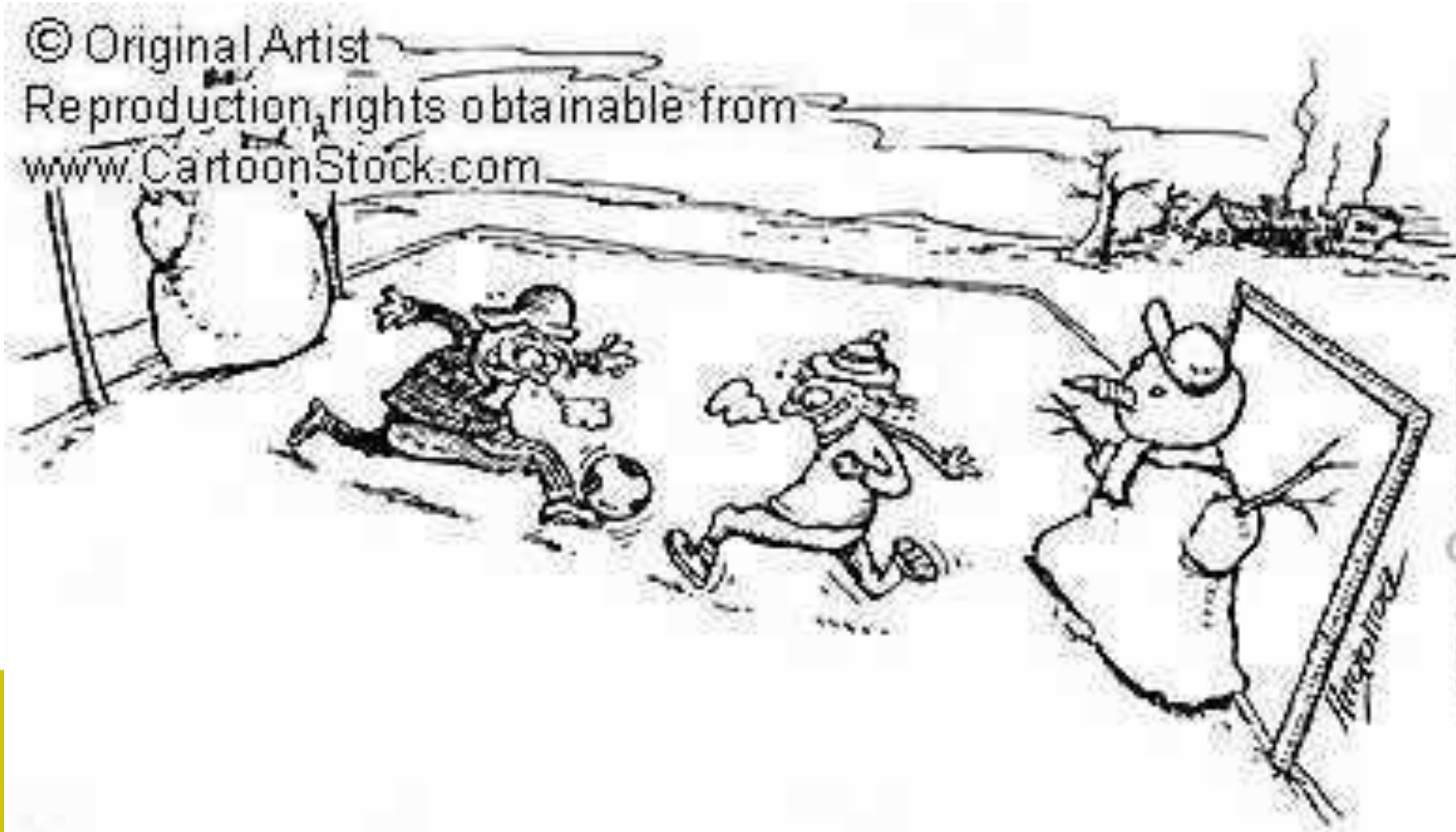
AGENDA DIGITAL 2015

A Comissão Interministerial para a Agenda Portugal Digital elabora anualmente um relatório anual de progresso, monitorização e avaliação da implementação da Agenda Portugal Digital, o qual é disponibilizado publicamente, no Portal do Governo.

A coordenação da Agenda Portugal Digital deve promover a articulação com o Delegado Nacional ao Grupo de Alto Nível da Agenda Digital para a Europa, com o “Digital Champion” nacional para a Agenda Digital para a Europa, bem como com outros representantes da sociedade com relevância nesta área, nomeadamente, com o setor privado, comunidade técnica e académica, sociedade civil.

AGENDA DIGITAL 2015 – MAIN GOALS

© Original Artist
Reproduction rights obtainable from
www.CartoonStock.com



search ID: ang0325

AGENDA DIGITAL 2015 – MAIN GOALS

Trata-se, assim, de uma Agenda com forte compromisso público e privado, com objetivos e metas ambiciosas, no sentido de colocar Portugal como um dos países mais avançados na Economia Digital na UE27. Assim, até 2020, pretende-se:

que haja acesso de todos os cidadãos à banda larga de velocidade igual ou superior a 30Mbps;

que haja 50% dos agregados familiares com acessos à Internet de banda larga de velocidade igual ou superior a 100 MBps;

Pretende-se, também, que até 2016:

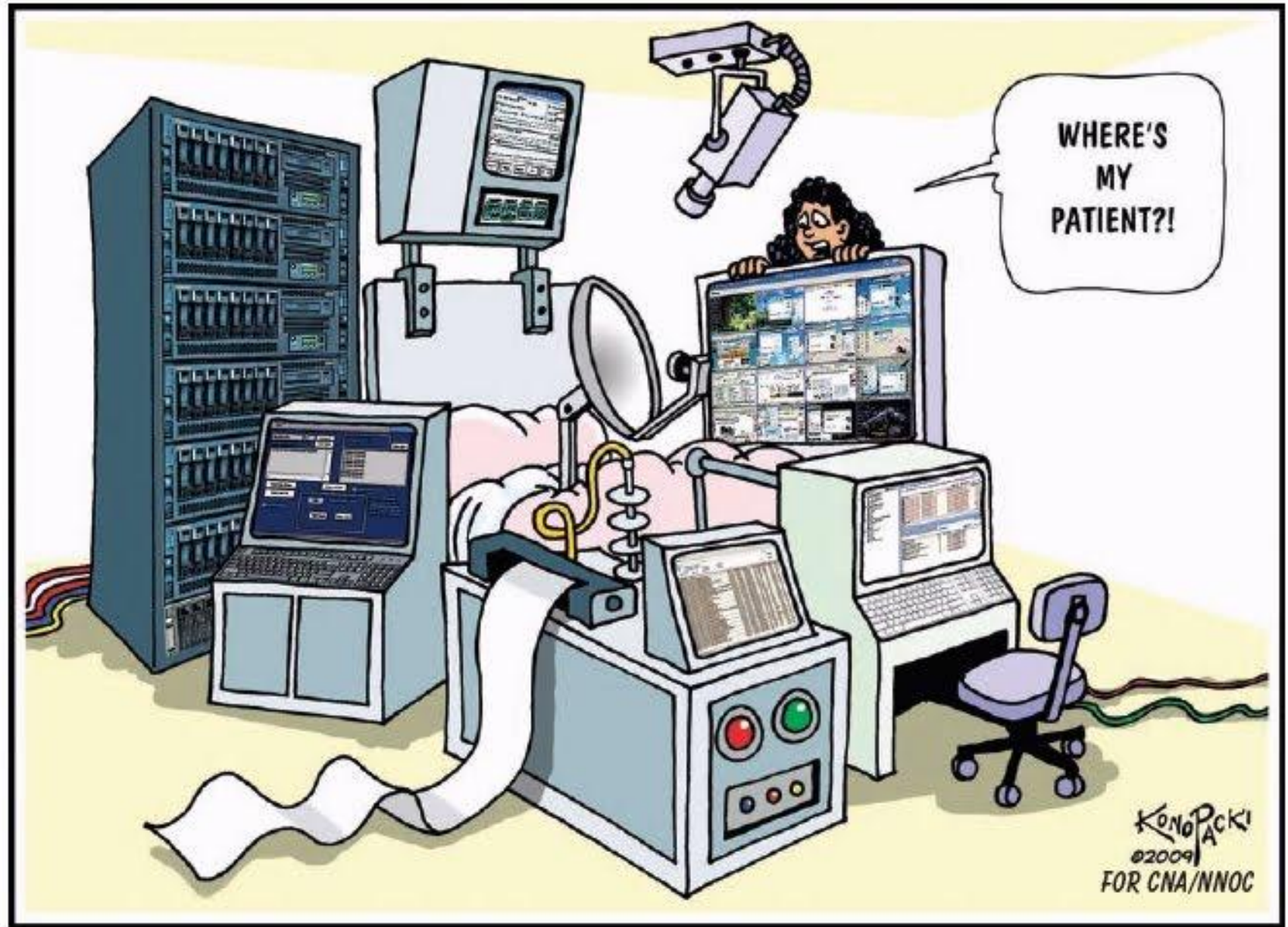
auge em 50% o número de empresas a utilizar o comércio eletrónico em Portugal (face aos valores de 2011);

Que os serviços públicos *online* sejam utilizados por 50% da população;

que as exportações em TIC aumentem 20% em valores acumulados (tendo como referência o ano de 2011);

que o número de pessoas que nunca utilizou a Internet diminua para 30%.

AGENDA DIGITAL 2015 - SAÚDE



AGENDA DIGITAL 2015 – SAÚDE

Consolidação da infraestrutura de suporte ao Sistema de Informação da Saúde

Esta medida visa atualizar a infraestrutura tecnológica do Ministério da Saúde, por forma a garantir a rapidez e segurança dos fluxos de informação de suporte à prestação de cuidados de saúde e, simultaneamente, racionalizar os recursos disponíveis. Pretende-se evoluir para uma rede de nova geração de comunicações integradas de voz e dados que abranja a totalidade das unidades do SNS. Será implementada a consolidação aplicacional e centralização de centros de dados. Este desenvolvimento permite obter ganhos de segurança e eficiência da gestão/manutenção.

Responsável pela implementação: Ministério da Saúde (MS)/ SPMS. Prazo: 2015

AGENDA DIGITAL 2015 – SAÚDE

Evolução dos Sistemas Informação de Suporte à Prestação de Cuidados de Saúde

Desenvolvimento de um único sistema de informação para suporte ao utente e às atividades clínicas e administrativas dos diferentes níveis de prestação de cuidados de saúde, com uma arquitetura centrada no cidadão, multidisciplinar e multi-instituição. Pretende-se implementar a partilha efetiva de informação entre os diferentes níveis de cuidados e, simultaneamente, resolver problemas associados com a obsolescência tecnológica e funcional dos sistemas de informação atuais. Este sistema será implementado de forma transversal ao SNS e substituindo progressivamente as funcionalidades atualmente disponibilizadas pelos sistemas SINUS/SAM/SAPE, SONHO/SAM/SAPE, GestCare CCI e pelos sistemas que suportam funcionalidades inter-instituições.

Responsável pela implementação: MS/SPMS. Prazo: 2015

AGENDA DIGITAL 2015 – SAÚDE

Plataforma de Dados de Saúde

A Plataforma de Dados de Saúde, constitui-se desta forma como um sistema de partilha de dados de saúde, que os apresenta aos diferentes agentes da prestação de cuidados (utentes, profissionais do SNS e de fora do SNS) através de Portais específicos, seguros e contextualizados, a partir das instituições locais onde permanecem guardados, criando um repositório de informação clínica anonimizada no âmbito da Direção Geral da Saúde para os fins de saúde pública consignados na missão desta autoridade.

Responsável pela implementação: MS/SPMS/CIC. Prazo: Fase 2 – 2013; Fase 3 – 2015

AGENDA DIGITAL 2015 – SAÚDE

Prescrição e Requisição Eletrônica Desmaterializada

Desmaterialização de fluxos de informação associada a processos de prescrição ou requisição de terapêuticas, meios auxiliares de diagnóstico e outros. O projeto de prescrição eletrônica de medicamentos (PEM) consiste na desmaterialização do ciclo da receita do medicamento incluindo prescrição, dispensa, venda e participação do SNS. Numa segunda fase o conceito será alargado ao ciclo de requisição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT), abrangendo a integração das Entidades Convencionadas. Estão incluídas nestes projetos medidas específicas de garantia de segurança da informação nomeadamente autenticação segura, utilização do cartão do cidadão e assinaturas digitais.

Responsável pela implementação: MS/SPMS. Prazo: 2015

AGENDA DIGITAL 2015 – SAÚDE

Serviços de proximidade digital

Desenvolver a oferta pública de serviços de proximidade digital, nos domínios da saúde, da formação, do apoio social e dos serviços pessoais, explorando as capacidades das infraestruturas de telecomunicações de nova geração e aumentando a conveniência e acessibilidade dos serviços de base digital para camadas da população maioritariamente infoexcluída (idosos e baixos rendimentos), e/ou residente fora dos núcleos urbanos ou zonas de oferta presencial rarefeita, que constituem parte significativa da procura desses serviços.

Responsável pela implementação: MS/MSSS/MEE/MEC/AMA . Prazo: 2016



EUROPEAN
COMMISSION

Brussels, 6.12.2012
COM(2012) 736 final

**COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN
PARLIAMENT, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL
COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE REGIONS**

eHealth Action Plan 2012-2020 - Innovative healthcare for the 21st century

EHEALTH ACTION PLAN – 2012-2020

2.3. Barriers to deployment of eHealth

Despite the opportunities and benefits, major barriers hamper the wider uptake of eHealth²⁰:

- lack of awareness of, and confidence in eHealth solutions among patients, citizens and healthcare professionals;
- lack of interoperability between eHealth solutions;
- limited large-scale evidence of the cost-effectiveness of eHealth tools and services;
- lack of legal clarity for health and wellbeing mobile applications and the lack of transparency regarding the utilisation of data collected by such applications;
- inadequate or fragmented legal frameworks including the lack of reimbursement schemes for eHealth services;
- high start-up costs involved in setting up eHealth systems;
- regional differences in accessing ICT services, limited access in deprived areas.

EHEALTH ACTION PLAN – 2012-2020

From 2012 onwards the Commission will support the eHealth Network in producing guidelines on a dataset for patient summary records to be exchanged across borders, common measures for interoperable electronic identification and authentication²⁷ in eHealth and will enhance security of health information and eHealth services and interoperability of databases for medicinal products.

By 2015, the Commission will seek the endorsement of the eHealth Network to:

- establish the semantic and technical cross-border interoperability specifications and assets necessary for the eHealth Interoperability Framework;
- propose an EU interoperability testing, quality labelling and certification framework for eHealth systems.

Assets, such as vocabularies, will be taken from past projects or ongoing projects developed under CIP, FP7, the ISA work program²⁸ and in the future Horizon 2020 and be used and maintained under the proposed Connecting Europe Facility (CEF, see 6.1).

EHEALTH ACTION PLAN – 2012-2020

6. FACILITATING UPTAKE AND ENSURING WIDER DEPLOYMENT OF EHEALTH

6.1. Connecting Europe Facility

Among other objectives, the Connecting Europe Facility (CEF)⁴⁴ sets out to facilitate the deployment of cross-border interoperable ICT services of general interest such as eHealth by overcoming the barriers of the high initial investment costs and risks associated with this deployment. The results of the large scale pilot epSOS⁴⁵ (ending in 2013) and other projects and studies will be adapted and taken forward in the CEF.

The experience of epSOS has shown that bringing Member States together to build and deploy interoperable infra- and info-structures also contributes to deployment at national, regional and local level.

By the end of 2013, the Commission will prepare the governance for the large scale deployment of interoperable eHealth services under the CEF 2014 – 2020, taking into account the recommendations of the eHealth Network.

...LOCAL... TO GLOBAL...

